



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO DA AUDITORIA INTERNA

Processo Administrativo: 158.0322/2022

Exercício Financeiro: 2021

Unidade Orçamentária: 50901 – Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Ordenador de Despesa: Des. Carlos Eduardo Contar

Cargo/Função: Presidente

1 – APRESENTAÇÃO

A Auditoria Interna do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, em cumprimento a Resolução TCE/MS nº 88, de 15 de outubro de 2018, apresenta o Parecer Técnico Conclusivo de Análise da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial, relativas às contas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul - Unidade Gestora (UG) Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais - FUNJECC, referente ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Na elaboração deste Parecer Técnico, procurou-se explicitar as principais informações produzidas na condução da gestão e das políticas públicas implementadas pelo Poder Judiciário/MS no decorrer do exercício de 2021, evidenciando a relação entre a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

2 – INTRODUÇÃO

No exercício de sua competência, a Auditoria Interna procedeu à análise e acompanhamento das contas do Poder Judiciário/MS, executadas pela Secretaria de Finanças, área responsável pela execução da contabilidade e pela administração financeira da Unidade Gestora FUNJECC.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Os trabalhos foram realizados em observância às normas e procedimentos aplicados ao setor público, consoante as disposições expressas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000. Abrangem também as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

As demonstrações apresentadas na Prestação de Contas refletem a utilização dos recursos consignados no Orçamento da Unidade Gestora FUNJECC, para o exercício de 2021, sendo materializados nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, extraídos do Sistema de Planejamento e Finanças – SPF.

Os registros de todas as operações foram executados tendo como base a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

3 – DA CONFORMIDADE DAS PEÇAS QUE COMPÕEM O PROCESSO DE CONTAS ANUAL

No que tange a conformidade das peças e documentos exigidos pela Resolução TCE/MS nº 88/2018, quanto aos conteúdos e formatos obrigatórios, verificou-se que todas as peças retratam as orientações e exigências pelo Tribunal de Contas do Estado do MS.

4 – DA PREVISÃO E ARRECADAÇÃO DA RECEITA

A receita do Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais – FUNJECC, para o exercício de 2021 foi estimada em R\$193.000.000,00, por meio da Lei Estadual nº 5.618 de 17 de dezembro de 2020, publicado no Suplemento II do Diário Oficial nº 10.355 de 18 de dezembro de 2020, conforme detalhamento evidenciado no quadro a seguir:



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

Quadro 01- Previsão da Receita LOA 2021

Natureza da Receita	Descrição	Previsão Orçamentária (R\$)
112802110101	Taxas Judiciais – Principal	104.000.000,00
112802210101	Taxas Extrajudiciais – Principal	35.000.000,00
11	Receita Tributária	139.000.000,00
132100110101	Remuneração de Depósitos Bancários – Principal	2.000.000,00
136001110101	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos – Folha de Pessoal – Principal	1.000.000,00
136001110301	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Gerenciamento de Depósitos Judiciais – Principal	5.000.000,00
13	Receita Patrimonial	8.000.000,00
161001110102	Outros Serviços Comerciais – Principal	10.000.000,00
161001110399	Outros Serviços Administrativos – Principal	1.000.000,00
169099110101	Outros Serviços – Principal	5.000.000,00
16	Receitas de Serviços	16.000.000,00
736001110301	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Gerenciamento de Depósitos Judiciais	30.000.000,00
Total		193.000.000,00

Fonte: Lei Estadual nº 5.618, de 17/12/20.

A Unidade Gestora FUNJECC é um Fundo que foi criado pela Lei nº. 1.071/1990 com arrecadação própria cujas fontes de recursos originam-se principalmente das Taxas (Judicial e Extrajudicial).

O quadro abaixo evidencia a arrecadação da receita por natureza e o percentual que cada uma representa no total arrecadado. Vejamos:



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Quadro 02 - Demonstrativo da Execução da Receita

Código	Descrição	Previsão Inicial	Arrecadado	% Participação
112802110101	Taxas Judiciais	104.000.000,00	128.732.459,21	59,78
112802210101	Taxas Extrajudiciais	35.000.000,00	33.468.124,65	15,54
11	Receita Tributária	139.000.000,00	162.200.583,86	75,32
131001110101	Aluguéis e Arrendamentos	0,00	270.505,41	0,13
132100110101	Remuneração de Depósitos Bancários	2.000.000,00	3.661.146,19	1,70
136001110101	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Folha de Pessoal	1.000.000,00	7.510.000,00	3,49
136001110301	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Gerenciamento de Depósitos Judiciais	5.000.000,00	7.009.205,12	3,25
13	Receita Patrimonial	8.000.000,00	18.450.856,72	8,57
161001110102	Outros Serviços Comerciais	10.000.000,00	11.058.063,35	5,13
161001110399	Outros Serviços Administrativos	1.000.000,00	963.739,84	0,45
161001130102	Outros Serviços Comerciais – Dívida Ativa	0,00	4.896.669,69	2,27
161002110101	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	0,00	556.745,00	0,26
169099110101	Outros Serviços	5.000.000,00	7.062.697,03	3,28
16	Receitas de Serviços	16.000.000,00	24.537.914,91	11,39
191009110101	Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	249.756,44	0,11
192101110101	Indenizações por Danos ao Patrimônio Público		768,07	-
192206110101	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	12.103,92	0,01
192299110101	Outras Restituições	0,00	104.950,36	0,05
192399110101	Outros Ressarcimentos	0,00	29.502,23	0,01
19	Outras Receitas Correntes	0,00	397.081,02	0,18
736001110301	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Gerenciamento de Depósitos Judiciais	30.000.000,00	0,00	-
792299110101	Outras Restituições	0,00	9.766.493,78	-
70	Receita Correntes Intra-orçamentárias	30.000.000,00	9.766.493,78	4,54
Total		193.000.000,00	215.352.930,29	100

Fonte: Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada – SPF



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Observa-se uma arrecadação superior à prevista das receitas com Taxas Judiciais, Remuneração dos Depósitos Bancários, Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos – folha de pagamento e de depósitos judiciais, Outros Serviços Comerciais e Outros Serviços.

A arrecadação das Receitas Intra-orçamentárias – Outras Restituições, corresponde a remuneração dos valores de depósitos judiciais e administrativos transferidos ao Tesouro do Estado, conforme Lei Complementar Estadual nº 201/2015. Em setembro/2020, a taxa mensal que remunera esses valores foi alterada, impactando significativamente a arrecadação das receitas intra-orçamentárias.

No que tange ao desempenho da arrecadação, nota-se uma variação positiva no valor arrecadado no exercício de 2021 em comparação ao ano anterior, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 03 - Comparativo do Desempenho da Receita Arrecadada

Exercício	Valor Arrecadado	Variação	% Variação
2018	166.553.665,28	-	-
2019	172.648.938,54	6.095.273,26	3,66
2020	163.403.312,68	(9.245.625,86)	(5,36)
2021	215.352.930,29	51.949.617,61	31,79

Fonte: Balanço Orçamentário dos Exercícios 2018 a 2021.

5 – DA FIXAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA

A despesa fixada para o exercício de 2021 foi R\$193.000.000,00 conforme a Lei Estadual nº 5.618 de 17 de dezembro de 2020, demonstrado no quadro abaixo:



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

Quadro 04 - Despesa Fixada – LOA 2021

FUNJECC	Fonte 240	% Participação
Despesas Correntes	180.451.300,00	93,50
Outras Despesas Correntes	180.451.300,00	93,50
Despesas de Capital	12.548.700,00	6,50
Investimentos	12.548.700,00	6,50
Total por Fonte de Recursos	193.000.000,00	100

Fonte: Lei 5.618, de 17/12/20.

O quadro acima demonstra a participação das despesas por grupo em relação ao orçamento total fixado na Lei Orçamentária Anual.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual, em observância à Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2021, a despesa autorizada e a executada segundo as categorias econômicas e grupo de natureza da despesa estão demonstradas a seguir:

Quadro 05 - Execução da Despesa Autorizada

Grupo	Fixada (Orçamento Inicial)	Autorizada (Inicial + Adicionais)	Realizada (Empenhado)	% Em relação ao Orçamento Atualizado	% Em relação ao Total Realizado
Despesas Correntes	180.451.300,00	194.762.300,00	150.279.480,11	77,16	91,94
Outras Desp. Correntes	180.451.300,00	194.762.300,00	150.279.480,11	77,16	91,94
Despesas de Capital	12.548.700,00	17.914.700,00	13.179.916,27	73,57	8,06
Investimentos	12.548.700,00	17.914.700,00	13.179.916,27	73,57	8,06
Total	193.000.000,00	212.677.000,00	163.459.396,38	76,86	100
Economia Orçamentária			49.217.603,62		

Fonte: Anexo 12 - Balanço Orçamentário – SPF



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

A despesa realizada atingiu o valor de R\$ 163.459.396,38 correspondendo aproximadamente 76,86% da despesa autorizada, que foi de R\$ 212.677.000,00. Deste modo, o montante de R\$ 49.217.603,62 não foi utilizado para a execução da despesa.

O quadro 06 demonstra por ações a dotação inicial e atualizada, e também a execução da despesa.

Quadro 06 – Dotação e Execução Orçamentária por Ação

PROGRAMA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO		EXECUÇÃO DA DESPESA			
		Inicial	Atualizada	Empenhada	Liquidado	Pago	% Executado
	TOTAL - Fonte 0240	193.000.000,00	212.677.000,00	163.459.396,38	141.982.046,11	140.638.013,23	76,86
0003 Gestão da Prestação Jurisdicional	1057 - Gestão e operacionalização do Plano Estratégico do PJMS	3.767.800,00	3.767.800,00	1.340.848,42	1.340.848,42	1.340.848,42	35,59
	2044 - Gestão e operacionalização das atividades administrativas e jurisdicionais do PJMS	142.743.800,00	160.205.800,00	127.685.096,98	115.759.283,78	115.739.178,86	79,70
	2045 - Modernização e aprimoramento em tecnologias da informação	40.802.000,00	40.802.000,00	29.321.593,69	21.399.887,83	20.090.642,83	71,86
	2046 - Gestão institucional e comunicação social	3.591.100,00	5.377.380,00	3.619.690,00	2.621.666,56	2.620.218,37	67,31
	2047 - Formação e aperfeiçoamento de pessoal e magistrados	2.095.300,00	2.524.020,00	1.492.167,29	860.359,52	847.124,75	59,12

Da análise do quadro acima, identifica-se que as ações previstas no orçamento para o exercício de 2021 tiveram um desempenho acima de 60%, com exceção das ações 1057 – Gestão e operacionalização do plano estratégico do PJMS e 2047 – Formação



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

e Aperfeiçoamento de pessoal e magistrados, a análise considerou a despesa empenhada (executada) em confronto com a dotação atualizada.

6 – DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

No exercício de 2021, foram abertos créditos adicionais no valor R\$27.251.720,00, tendo como origem de recursos o superávit financeiro do exercício anterior e a anulação de dotação, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64.

7 – DOS BALANÇOS ANUAIS

7.1 – Balanço Orçamentário

Definido no artigo 102 da Lei 4.320/1964, o Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, sendo estruturado nos termos do Anexo 12.

Atendendo ao princípio do Equilíbrio Orçamentário, a Lei nº 5.618/2020, Lei Orçamentária Anual 2021, previu as receitas e autorizou as despesas de forma igualitária em R\$193.000.000,00.

A receita orçamentária por ser prevista, pode gerar excesso ou insuficiência de arrecadação. No exercício de 2021 na unidade Gestora FUNJECC teve um excesso na arrecadação no valor R\$22.352.930,29.

A despesa orçamentária só pode ser realizada até o valor autorizado, somente poderá ser emitido empenhos até o valor dos créditos orçamentários disponíveis, sendo assim, no exercício de 2021 ocorreu uma economia na execução da despesa no valor R\$49.217.603,62.

A receita arrecadada no ano alcançou o valor de R\$215.352.930,29 para uma despesa realizada (empenhada) de R\$163.459.396,38, ou seja, arrecadou-se mais receitas do que as despesas realizadas, ocasionando um resultado orçamentário superavitário de R\$51.893.533,91.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

7.1.1 – Execução dos Restos a Pagar

No exercício de 2021, a UG FUNJECC pagou R\$11.925.670,36 e cancelou R\$9.946.789,11 do seu estoque de Restos a Pagar Não Processados inscritos no exercício de 2020. Com relação a execução dos Restos a Pagar Processados no ano de 2021, a UG FUNJECC pagou R\$2.684.991,28, totalidade do seu estoque.

7.2 – Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e dispêndios de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, transferências financeiras, bem como os recebimentos e pagamentos extra orçamentários, juntamente com os saldos financeiros disponíveis, oriundos do exercício anterior, e os transferidos para o exercício seguinte, de acordo com o artigo 103 da Lei 4.320/64.

Durante o exercício os ingressos e dispêndios de recursos financeiros decorreram da execução orçamentária. Além das receitas e despesas orçamentárias, houve também a execução extra orçamentária, que consistem, na inscrição e pagamento dos restos a pagar, consignações referentes as contratações, depósitos não judiciais, indenizações e restituições, e outros recebimentos e pagamentos extra orçamentários.

A disponibilidade de caixa iniciada em 2021 foi de R\$55.797.992,08, e terminando o exercício com uma disponibilidade de caixa de R\$116.813.894,73, sendo que, R\$11.231.503,31 estão comprometidos com valores restituíveis, restando, pois, R\$105.582.391,42 para pagamento dos restos a pagar. Observa-se a suficiência de disponibilidade financeira perante a dívida flutuante.

A unidade gestora no ano de 2021 teve um resultado financeiro positivo no valor R\$61.015.902,65 decorrente do excesso de arrecadação e da economia orçamentária auferidos no ano, bem como do saldo positivo da execução extra orçamentária.

7.3 – Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é exigido pela Lei nº 4.320/64, também é objeto de outras normas contábeis, nacionais e internacionais, além das NBCs TSP. É essa a demonstração contábil que retrata no encerramento do exercício a composição qualitativa e quantitativa do



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

patrimônio da Entidade Pública, constituído por bens, direitos (elementos ativos) e obrigações (elementos passivos), e a situação líquida patrimonial representada pelo patrimônio líquido correspondente entre a diferença entre os elementos ativos e passivos.

Quadro 07 – Balanço Patrimonial

ATIVOS	2020	AV%	2021	AV%	AH%
Ativo Circulante	56.007.378,12	54,82	118.535.796,63	65,67	111,64
Caixa e Equivalentes de Caixa	55.797.992,08	54,61	116.813.894,73	64,71	109,35
Créditos	182.033,86	0,18	1.690.857,33	0,94	828,87
VPD Pagas Antecipadamente	27.352,18	0,03	31.044,57	0,02	13,50
Ativo Não Circulante	46.164.119,64	45,18	61.974.823,41	34,33	34,25
Créditos de Longo Prazo	46.164.119,64	45,18	61.974.823,41	34,33	34,25
TOTAL DO ATIVO	102.171.497,76	100	180.510.620,04	100	76,67
PASSIVOS	2020	AV%	2021	AV%	AH%
Passivo Circulante	16.605.734,49	16,25	18.439.626,59	10,22	11,04
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	215.830,00	0,20	0,00	(0,01)	(100)
Fornecedores	3.245.231,77	3,18	3.550.862,89	1,97	9,42
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	200,00	-	0,18	-	(99,91)
Demais Obrigações	13.144.472,72	12,87	14.888.763,52	8,25	13,27
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	AV%	2021	AV%	AH%
Resultados Acumulados	85.565.763,27	83,75	162.070.993,45	89,78	89,41
Superávits ou Déficits do Exercício	(15.371.381,83)	(15,04)	76.505.230,18	42,38	597,71
Superávits ou Déficits dos Exercícios Anteriores	111.838.522,41	109,46	85.565.763,27	47,40	(23,49)
Ajustes de Exercício Anteriores	(10.901.377,31)	(10,67)	0,00	-	100
TOTAL DO PASSIVO	102.171.497,76	100	180.510.620,04	100	76,67

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial – SPF



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

A análise vertical (AV) é a técnica utilizada para calcular o grau de representatividade de itens homogêneos (ativo com ativo e passivo com passivo) integrantes das demonstrações contábeis, em determinado exercício financeiro. É uma análise estática, que visa identificar a composição de cada um dos itens em relação ao todo, ou seja, compara um item do ativo (caixa e equivalentes de caixa) com o ativo total.

A análise horizontal (AH), por sua vez, consiste na comparação de um item do demonstrativo entre dois ou mais períodos, visando à verificação de sua evolução ao longo do tempo.

O quadro 07 demonstra a participação que cada item teve em relação ao total (AV), nos exercícios de 2020 e 2021, evidencia também a variação (AH) no ano de 2021 de cada item em comparação ao exercício de 2020.

A disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa. O valor R\$116.813.894,73 compreende os saldos em conta corrente e aplicações. Em relação aos saldos das contas bancárias informados no balanço patrimonial, constatou-se por meio de análise dos extratos bancários que o saldo total das contas é de R\$116.812.677,03. Assim observa-se uma diferença de R\$1.217,70 pendente em conciliação bancária.

Os créditos a curto prazo correspondem em grande maioria aos adiantamentos de suprimento de fundos e diárias que estão pendentes de prestação de contas, no ano 2021 os saldos de adiantamentos concedidos tiveram uma variação de 828,87%.

O ativo não circulante compreende a dívida ativa não tributária com variação 34,25% no exercício de 2021.

As obrigações com fornecedores apresentaram um acréscimo de 9,42% em relação ao exercício anterior.

O valor das Demais Obrigações a Curto Prazo é composto por valores restituíveis de consignações, depósitos não judiciais (depósitos de terceiros), indenizações e restituições.

No exercício de 2021 houve acréscimo de 89,41% no saldo patrimonial em relação ao exercício de 2020, tendo como principal fonte o resultado patrimonial do exercício.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

7.3.1 – Dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Quadro 8 – Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Título	2020	2021	% Variação
Ativo (I)	102.171.497,76	180.510.620,04	76,67
Financeiro	55.797.992,08	116.813.894,73	109,35
Permanente	46.373.505,68	63.696.725,31	37,36
Passivo (II)	38.478.193,96	39.916.976,86	3,74
Financeiro	34.877.306,83	34.052.886,46	(2,36)
Permanente	3.600.887,13	5.864.090,40	62,85
Saldo Patrimonial (I-II)	63.693.303,80	140.593.643,18	120,74

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – SPF

O Superávit Financeiro apurado no exercício é de R\$ 82.761.008,27, resultante da diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro. No exercício de 2022 a UG FUNJECC poderá utilizar o superávit financeiro para abertura de créditos adicionais.

Verifica-se um acréscimo no superávit financeiro de aproximadamente 295% no exercício de 2021 em relação ao exercício de 2020, o que corresponde ao valor R\$20.920.685,25.

O quadro 8 apresenta um acréscimo dos ativos no exercício de 2021 em comparação ao ano anterior. O Ativo Financeiro foi o item que obteve maior evolução.

7.3.2 – Contas de Compensação

A estrutura do Balanço Patrimonial pela Lei 4.320/64 estabelece que a demonstração também evidenciará as contas de compensação, que correspondem as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos que possam vir a afetar o patrimônio.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

O MCASP ao tratar das contas de controle, estabelece: “As contas de obrigações contratuais (classe 8) que foram executadas, deverão ser encerradas ao final do contrato, independentemente do exercício em que isso ocorre”. A regra visa melhorar a qualidade da informação contábil, de modo que ela reflita tempestivamente e com fidedignidade a posição patrimonial do órgão.

Abaixo segue o quadro com valores relativos aos contratos a executar em 31.12.2021.

Quadro 9 – Contas de Compensação

ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	Exercício	% Em relação	Exercício	% Em relação	% Variação
	2020	ao total	2021	ao total	
Total das Obrigações Contratuais	73.148.158,03	100	484.144.166,99	100	561,87
Contratos de Serviços	70.235.953,93	96,02	470.576.082,36	97,20	569,99
Contratos de Aluguéis	2.514.574,94	3,44	12.374.894,86	2,55	392,13
Contratos de Fornecimento de Bens	397.629,16	0,54	1.193.189,77	0,25	200,08

Fonte: Balancete de Verificação – SPF

O quadro acima demonstra o percentual que cada espécie de contrato representa em relação ao total das obrigações contratuais, e também à variação de um exercício para o outro. Nota-se uma variação expressiva nas contas contábeis de contratos a executar no exercício de 2021.

Em análise a conta contábil 8.1.2.3.1.02.01 – Contratos a Executar de Serviços identificou-se o documento contábil 2021NL000076 referente ao lançamento de saldo inicial do contrato nº 01.013/2021 no valor R\$390.000.000,00, todavia em verificação ao contrato constatou-se que o valor global do contrato é de R\$3.900.000,00. Assim, o registro errôneo ocasionou uma distorção nos saldos de contratos a executar de serviços no valor de R\$386.100.000,00.

Ademais, outras inconsistências foram encontradas nas contas de controle de contratos a executar de aluguéis e fornecimento de bens, quais sejam, contratos encerrados e rescindidos sem a devida baixa da conta de controle.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Embora as distorções supracitadas não impliquem em pagamentos indevidos, dada a natureza das contas de controle, é importante acompanhar a exatidão de seus saldos. As contas de controle trazem consigo valiosas informações gerenciais que servem de base para a tomada de decisão por parte dos gestores públicos.

7.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Quadro 10 – Demonstração das Variações Patrimoniais

VPA's	2020	2021	%AH	VPD's	2020	2021	%AH
Taxas	120.108.873,75	162.200.583,86	35,04	Pessoal e Encargos	16.337.959,20	6.506.128,09	(60,18)
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	39.495.883,32	42.659.641,46	8,01	Uso de Bens, Serv. e Consumo de Capital Fixo	85.386.372,19	83.276.965,89	(2,47)
VPA Financeiras	15.050.885,64	17.511.866,68	16,35	VPD Financeiras	62.541,60	1.326,17	(97,88)
Outras VPA	4.647.553,12	10.991.554,17	136,50	Transferências e Delegações Concedidas	9.372.434,77	13.018.687,57	38,90
				Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	29.500.592,46	1.372.032,74	(95,35)
				Tributárias	1.050.078,78	740.197,85	(29,51)
				Outras VPD	52.964.598,66	51.943.077,68	(1,93)
Total	179.303.195,83	233.363.646,17	30,15	Total	194.674.577,66	156.858.415,99	(19,43)
				Resultado Patrimonial do Período	(15.371.381,83)	76.505.230,18	597,71

Fonte: Anexo 15 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais – SPF



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

O quadro 10 indica o comportamento das variações patrimoniais no ano de 2021 em comparação ao exercício anterior, demonstrando no ano analisado um aumento de 30,15% nas Variações Aumentativas e uma redução de 19,43% nas Variações Diminutivas.

O Resultado Patrimonial do exercício de 2021, apurado por meio do confronto do total das Variações Patrimoniais Aumentativas que foram de R\$233.363.646,17, com o total das Variações Patrimoniais Diminutivas que foram R\$156.858.415,99, perfaz um resultado patrimonial no montante R\$76.505.230,18.

7.5 – Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante é constituída pelas obrigações que devem ser pagas a curto prazo. Sua composição, segundo o art. 92, da Lei nº 4.320/64, é por Restos a Pagar, excluídos os serviços da dívida; os serviços da dívida a pagar; os depósitos e os débitos de tesouraria.

Quadro 11 – Demonstrativo da Dívida Flutuante

Histórico	Exercícios Anteriores	2021	% Variação
Restos a Pagar	24.557.450,75	22.821.383,15	(7,07)
Processados	2.684.335,78	1.344.032,88	(49,93)
Não Processados	21.873.114,97	21.477.350,27	(1,81)
Depósitos/Consignações	10.319.856,08	11.231.503,31	8,83
Total	34.877.306,83	34.052.886,46	(2,36)

Fonte: Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante – SPF

O quadro acima demonstra que no exercício de 2021 os restos a pagar inscritos no exercício tiveram um decréscimo em comparação aos saldos de 2020. Pela análise, constata-se disponibilidade financeira na conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” suficiente para cobrir o saldo da Dívida Flutuante.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

7.6 – Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxo operacional, de investimento e de financiamento. A informação dos fluxos de caixa permite avaliar como a entidade obteve recursos para financiar suas atividades e o modo como os recursos de caixa foram utilizados.

Os ingressos de recursos operacionais foram suficientes para manutenção de suas atividades, gerando um fluxo líquido de caixa das atividades operacionais de R\$69.412.365,93, sendo utilizado o valor R\$8.396.463,28 no desembolso das atividades de investimento.

8 – ANÁLISE POR INDICADORES

É a técnica utilizada para identificar a relação entre dois elementos integrantes das demonstrações contábeis. Visa obter informações acerca da situação orçamentária, econômica e financeira da entidade, bem como dos resultados, usando quocientes obtidos por divisão simples de itens, normalmente heterogêneos.

Quadro 12 - Análise do Balanço Orçamentário

Indicador	Metodologia	2021		Interpretação	Análise
Quociente de Desempenho da Arrecadação	Receita Realizada ÷ Previsão Inicial	215.352.930,29	1,116	O indicador permite avaliar a existência de excesso ou falta de arrecadação para administração dos indicadores fiscais.	No exercício de 2021 a unidade gestora FUNJECC arrecadou mais do que a previsão inicial da receita, ocasionado assim, um superávit de arrecadação.
		÷		igual a 1 Arrecadação prevista igual à realizada.	
		193.000.000,00		> 1 Arrecadação maior do que a planejada.	
				< 1 Arrecadação menor que a planejada.	
				Conclusão: quanto maior que 1, melhor.	



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Quociente de Execução da Despesa	Despesa Empenhada ÷ Dotação Atualizada	163.459.396,38 ÷ 212.677.000,00	0,769	Avalia a eficácia do orçamento no tocante ao desempenho da despesa.	No exercício de 2021 unidade gestora FUNJECC obteve uma economia orçamentária, ou seja, execução da despesa abaixo da fixada.
				= 1 Há equilíbrio da execução da despesa.	
				> 1 Foi utilizada dotação sem autorização legal.	
				< 1 Há economia orçamentária.	
				Conclusão: quanto menor que 1, melhor.	
Quociente do Resultado Orçamentário	Receita Realizada ÷ Despesa Empenhada	215.352.930,29 ÷ 163.459.396,38	1,317	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit orçamentário.	A unidade gestora FUNJECC apresentou um superávit orçamentário de R\$51.893.533,91
				= 1 Há equilíbrio do resultado orçamentário.	
				> 1 Há superávit orçamentário na execução.	
				< 1 Há déficit orçamentário na execução.	
				Conclusão: quanto maior, melhor.	
Quociente do Equilíbrio Orçamentário	Previsão Inicial da Receita ÷ Dotação Inicial da Despesa	193.000.000,00 ÷ 193.000.000,00	1,000	Indica se há equilíbrio entre a previsão e a fixação na LOA.	O orçamento da unidade gestora FUNJECC para o exercício de 2021 atende ao princípio do equilíbrio orçamentário, ou seja, a receita estimada e a despesa fixada em igual valor.
				= 1 Há equilíbrio entre previsão inicial da receita e fixação inicial da despesa.	
				> 1 Indica desequilíbrio da previsão das receitas.	
				< 1 Indica desequilíbrio em favor da fixação das despesas.	
				Conclusão: quanto maior, melhor.	
Quociente da Execução Orçamentária Corrente	Receitas Correntes Realizadas ÷ Despesas Correntes Empenhadas	215.352.930,29 ÷ 150.279.480,11	1,433	Indica se a receita corrente suportou a despesa corrente.	As receitas correntes superaram as despesas correntes, gerando um resultado corrente superavitário.
				= 1 Há equilíbrio da execução orçamentária corrente.	
				> 1 Há superávit orçamentário corrente.	
				< 1 Há déficit orçamentário corrente.	
				Conclusão: quanto maior, melhor.	



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Quociente de Utilização do Superávit Financeiro	Créditos Adicionais Abertos por Superávit Financeiro ÷ Total do Superávit Financeiro Apurado no Exercício Anterior	19.677.000,00 ÷ 20.920.685,25	0,941	Indica a parcela do superávit financeiro utilizada para abertura de créditos adicionais.	A abertura de créditos adicionais com a fonte de recursos do superávit financeiro foi inferior ao superávit financeiro do exercício anterior, sendo assim, encontra-se regularidade com a legislação.
				= 1 Crédito aberto no limite do superávit financeiro.	
				> 1 Crédito aberto maior do que o superávit financeiro.	
				< 1 Crédito aberto menor que o superávit financeiro.	
Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	Receita Realizada ÷ Despesa Paga	215.352.930,29 ÷ 140.638.013,23	1,531	Indica o quanto da receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária paga.	No exercício de 2021 as receitas arrecadadas foram superiores as despesas pagas.
				igual 1 Toda arrecadação foi utilizada em pagamentos.	
				> 1 A arrecadação superou os pagamentos.	
				< 1 A arrecadação foi inferior aos pagamentos.	

Quadro 13 - Análise do Balanço Financeiro

Indicador	Metodologia	2021		Interpretação	Análise
Quociente da Execução Extraorçamentária	Recebimentos Extraorçamentários ÷ Pagamentos Extraorçamentários	364.014.174,61 ÷ 354.891.805,87	1,026	Indica sob a forma de quociente o total dos recebimentos extraorçamentários na proporção do total dos pagamentos extraorçamentários.	No exercício de 2021 os ingressos extraorçamentários superaram os dispêndios.
Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro	Receita Orçamentária - Despesa Orçamentária ÷ Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa	215.352.930,29 - 163.459.396,38 ÷ 61.015.902,65	0,8504	Avalia a parcela da variação do saldo de disponível que pode ser explicada pelo resultado orçamentário.	O resultado financeiro do exercício é formado por 85,04% do resultado orçamentário.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	Saldo que passa p o Exercício Seguinte ÷ Saldo do Exercício Anterior	116.813.894,73 ÷ 55.797.992,08	2,094	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit do resultado financeiro.	A UG FUNJECC apresentou um resultado financeiro superavitário no valor R\$61.015.902,65.
				igual a 1 Há equilíbrio entre recebimentos e pagamentos.	
				> 1 Há superávit do resultado financeiro.	
				< 1 Há déficit do resultado financeiro.	
Conclusão: quanto maior, melhor.					

Quadro 14 - Análise do Balanço Patrimonial

Indicador	Metodologia	2021		Interpretação	Análise
Situação Financeira	Ativo Financeiro ÷ Passivo Financeiro	116.813.894,73 ÷ 34.052.886,46	3,430	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit financeiro.	A UG FUNJECC teve um superávit financeiro no ano analisado que poderá ser utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais no exercício de 2022.
				igual a 1 Há equilíbrio da situação financeira.	
				> 1 Há superávit financeiro.	
				< 1 Há déficit financeiro.	
Conclusão: quanto maior, melhor.					
Liquidez Imediata	Caixa e Equivalentes de Caixa ÷ Passivo Circulante	116.813.894,73 ÷ 18.439.626,59	6,335	Indica a capacidade financeira de a entidade honrar de forma imediata suas dívidas de curto prazo.	A UG FUNJECC possui recursos em caixa e equivalentes de caixa para quitar todo o passivo de curto prazo.
				igual a 1 Há equilíbrio dos ativos de liquidação imediata com o passivo circulante.	
				> 1 Indica sobra de ativos de liquidação imediata para honrar os passivos de curto prazo.	
				< 1 Indica a falta de ativos de liquidação imediata para honrar os passivos de curto prazo.	
Conclusão: quanto maior, melhor.					
Liquidez Corrente	Ativo Circulante ÷ Passivo Circulante	118.535.796,63 ÷ 18.439.626,59	6,428	Indica a capacidade de a entidade pagar suas dívidas de curto prazo com os recursos existentes no Ativo Circulante.	A UG FUNJECC apresenta saldo suficiente de ativos de curto prazo para honrar os



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

				<p>igual a 1 Indica equilíbrio de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo.</p> <p>> 1 Indica sobra de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo.</p> <p>< 1 Indica falta de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo.</p> <p>Conclusão: quanto maior, melhor.</p>	passivos de curto prazo no ano analisado.
Composição do Endividamento	Passivo Circulante ÷	18.439.626,59	1,00	Indica a proporção das dívidas de curto prazo em relação ao endividamento total.	A UG FUNJECC apresenta a totalidade de sua dívida em curto prazo, ou seja, exigível no próximo exercício.
	Passivo Circulante +	18.439.626,59		igual a 1 Indica que a totalidade da dívida realizar-se-á no próximo exercício financeiro.	
	Passivo Não Circulante			< 1 Indica quanto da dívida realizar-se á no próximo exercício financeiro.	
				Conclusão: quanto menor, melhor.	

Quadro 15 - Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais

Indicador	Metodologia	2021		Interpretação	Análise
Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais	Total das VPA's ÷ Total das VPD's	233.363.646,17	1,488	Evidencia a relação entre o total das VPA e o total das VPD	Em 2021, a UG FUNJECC apresentou um superávit patrimonial, sendo as VPA's maiores que as VPD's.
		÷		igual a 1 Há equilíbrio da situação patrimonial.	
		156.858.415,99		> 1 Há superávit patrimonial no exercício.	
				< 1 Há déficit patrimonial no exercício.	
				Conclusão: quanto maior, melhor.	
Quociente da Participação do Grupo Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria nas VPA's	Total Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria ÷ Total VPA's	162.200.583,86	0,695	Indica o quanto o grupo influenciou as variações aumentativas no exercício.	O quociente indica que as VPA's de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria representam 69,50% do total das VPA's.
		÷		igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPA do exercício.	
		233.363.646,17		>1 Indica inconsistência.	
				< 1 Indica a influência do grupo na totalidade das VPA no exercício.	



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Quociente da Participação do Grupo Exploração e Venda de Bens e Serviços nas VPA's	Total das VPA's da Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos ÷ Total das VPA's	42.659.641,46 ÷ 233.363.646,17	0,183	Indica o quanto o grupo influenciou as variações aumentativas no exercício.	O quociente indica que as VPA's de Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos representam 18,30% do total das VPA's.
				igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPA do exercício.	
				>1 Indica inconsistência.	
				< 1 Indica a influência do grupo na totalidade das VPA no exercício.	
Quociente da Participação do Grupo Financeira nas VPA's	Total VPA's Financeiras ÷ Total VPA's	17.511.866,68 ÷ 233.363.646,17	0,075	Indica o quanto o grupo influenciou as variações aumentativas no exercício.	O quociente indica que as VPA's Financeiras representam 7,50% do total das VPA's.
				igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPA do exercício.	
				>1 Indica inconsistência.	
				< 1 Indica a influência do grupo na totalidade das VPA no exercício.	
Quociente da Participação do Grupo Outras nas VPA's	Total Outras VPA's ÷ Total VPA's	10.991.554,17 ÷ 233.363.646,17	0,047	Indica o quanto o grupo influenciou as variações aumentativas no exercício.	O quociente indica que Outras VPA's representam 4,7% do total das VPA's.
				igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPA do exercício.	
				>1 Indica inconsistência.	
				< 1 Indica a influência do grupo na totalidade das VPA no exercício.	
Quociente da Participação do Grupo Pessoal e Encargos nas VPD's	Pessoal e Encargos ÷ Total VPD's	6.506.128,09 ÷ 156.858.415,99	0,041	Indica o quanto o grupo influenciou as variações diminutivas no exercício.	O quociente indica que as VPD's de Pessoal e Encargos representam 4,10% do total das VPD's.
				igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPD's do exercício.	
				>1 Indica inconsistência.	
				< 1 Indica a influência do grupo na totalidade das VPD's no exercício.	
Quociente da Participação do	Total de Uso de Bens Serviços e		0,531	Indica o quanto o grupo influenciou as variações diminutivas no exercício.	O quociente indica que as VPD's de Uso de Bens Serviços e Consumo



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Uso de Bens, e Serviços e Consumo de Capital Fixo nas VPD's	Consumo de Capital Fixo			igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPD's do exercício.	de Capital Fixo representam 53,10% do total das VPD's.
	÷	83.276.965,89		>1 Indica inconsistência.	
	Total VPD's	156.858.415,99		< 1 Indica a influência do grupo na totalidade das VPD's no exercício.	
Quociente da Participação das Transferências e Delegações Concedidas nas VPD's	Total Transferências e Delegações Concedidas	13.018.687,57	0,083	Indica o quanto o grupo influenciou as variações diminutivas no exercício.	O quociente indica que as VPD's de Transferências e Delegações Concedidas representam 8,3% do total das VPD's.
	÷	156.858.415,99		igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPD's do exercício.	
	Total VPD's			>1 Indica inconsistência.	
Quociente da Participação das Outras Variações Diminutivas nas VPD's	Outras Variações Diminutivas	51.943.077,68	0,331	Indica o quanto o grupo influenciou as variações diminutivas no exercício.	O quociente indica que as VPD's de Outras Variações Diminutivas representam 33,10% do total das VPD's.
	÷	156.858.415,99		igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPD's do exercício.	
	Total VPD's			>1 Indica inconsistência.	
				< 1 Indica a influência do grupo na totalidade das VPD's no exercício.	

Quadro 16 - Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Indicador	Metodologia	2021		Interpretação	Análise
Quociente dos Fluxos de Caixa Operacional	Ingressos de Caixa de Operações ÷ Dispêndios de Caixa de Operações	556.545.721,75 ÷ 487.133.355,82	1,142	Indica a geração líquida de caixa oriunda das atividades operacionais.	Os ingressos operacionais superaram os desembolsos.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Demonstrações Contábeis foram complementadas por Notas Explicativas, com objetivo de evidenciar e explicar o que as demonstrações contábeis sozinhas não demonstram, contribuindo para a compreensibilidade, a transparência e o controle social da gestão pública.

Em razão das análises efetuadas concluímos pelo Parecer Técnico Conclusivo **Favorável** da referida prestação de contas.

O teor deste documento deve ser levado ao conhecimento do Responsável pela Administração para elaboração do Pronunciamento Próprio do Gestor.

O parecer supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas na presente avaliação, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

É o parecer.

Campo Grande, 21 de março de 2022.

Heloise Rezende da Silva

Técnica de Nível Superior – Contábil

(assina digitalmente)

Kele Cristina Leite de Melo

Diretora da Auditoria Interna – TJ/MS

(assina digitalmente)